

17. MICHAEL BURAWOY: DA POLÍTICA DA PRODUÇÃO AOS REGIMES DE MERCANTILIZAÇÃO

RUY GOMES BRAGA NETO

Introdução

No campo de estudos do trabalho no Brasil, Michael Burawoy é amplamente reconhecido como o principal expoente do “debate sobre o processo de trabalho” nos anos 1970 e 1980. Em larga medida, seu livro “Manufacturing consent” (1979) foi interpretado como uma resposta marxista preocupada com a questão da consciência da classe operária subordinada ao suposto determinismo economicista contido na obra que organizou as reações ao debate original, isto é, o livro de Harry Braverman, “Trabalho e capital monopolista” (1974).

Neste capítulo, buscamos argumentar que os dois livros mais conhecidos de Burawoy, ou seja, “Manufacturing consent” e “The politics of production” (1985), são parte de uma agenda investigativa que se originou das preocupações do autor com a questão do capitalismo racial e que evoluiu na direção de uma reconstrução polanyiana do marxismo, capaz de iluminar aspectos pouco destacados no neoliberalismo, como, por exemplo, sua relação de afinidade eletiva com o racismo. Portanto, esses livros fazem parte de uma agenda muito mais ampla do que aquela centrada no processo de trabalho.

Para tanto, avanço em três direções. Em primeiro lugar, apresento de maneira sintética as diferentes etapas dessa agenda de pesquisa a partir das três “grandes transformações” estudadas por Burawoy em sua obra: as passagens do colonialismo ao pós-colonialismo, do fordismo ao neoliberalismo e do socialismo burocrático ao capitalismo. Em seguida, destaco como o método do estudo de caso ampliado possibilitou ao autor deslocar suas

análises dos regimes fabris de um país para outro, escorando sua mudança rumo à *teoria do desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes regimes de mercantilização*. Finalmente, tento mostrar que tanto a reconstrução polanyiana do marxismo quanto o método do estudo de caso ampliado advogados por Burawoy foram decisivos para a definição e a redefinição de minha agenda investigativa, condensada em dois livros: “A política do precariado” (2012) e “A rebeldia do precariado” (2017).

Capitalismo racial: origens da agenda de pesquisa dos regimes fabris

Quando chegou ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, em 1972, para realizar seu doutorado, vindo de uma experiência de formação em antropologia social na Universidade de Zâmbia, Michael Burawoy percebeu, como havia antecipado Alvin Gouldner em “The coming crisis of western sociology” (1970), que aquela posição da sociologia dos anos 1950, ao proclamar que os Estados Unidos teriam colocado um fim nos principais conflitos sociais, inaugurando uma era marcada pelo fim da ideologia pela integração democrática das principais dissidências, simplesmente não havia sobrevivido à escalada das demandas por direitos civis e justiça social que sacudiram o país nos anos 1950 e 1960 (Burawoy, 2021).

Antes de tudo, era preciso superar os limites da sociologia profissional marcadamente positivista a partir de sua reconstrução marxista em consonância com os novos tempos carregados de projetos utópicos, tais como o socialismo, a descolonização e o desenvolvimentismo. Nesse sentido, é sabido que em “Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism” (1979), Burawoy propôs o conceito de “política da produção”, isto é, o conjunto das relações institucionais que organizam os diferentes regimes fabris, reproduzindo a dominação ou a hegemonia capitalista sobre os trabalhadores, como forma de integrar a observação etnográfica a um programa de pesquisa marxista orientado pelo diálogo crítico com os dados empíricos.

No entanto, o que muitas vezes passa despercebido aos estudiosos de sua obra é que este programa se relacionava a uma agenda mais ampla de investigações cujo eixo original gravitava em torno da análise da natureza classista dos diferentes regimes racializados de acumulação, incluindo uma reflexão a respeito da reprodução da força de trabalho barata por meio da

imigração. Esquemáticamente, a investigação de Burawoy a respeito de uma mina de cobre em Zâmbia, publicada em 1972, com o título “The colour of class on the Copper Mines: from African advancement to Zambia-ization”, consistia em uma investigação crítica do processo de descolonização do país africano a partir do foco em um de seus principais ativos: a nacionalização da mineradora.

Afinal, após a independência de Zâmbia, o que teria acontecido com a “barreira de cor”, isto é, a proibição de que negros exercessem poder sobre brancos, um dos principais pilares do capitalismo racial no país? Em outras palavras, como a substituição de brancos por negros e o surgimento de uma burguesia africana afetava a ordem racial? A descoberta da investigação de Burawoy foi desconcertante: o feitor da mina branco era deslocado para cima, mas, não era removido. Ele era promovido a uma nova posição criada na superfície – assistente do gerente de operações de subsolo. A nacionalização das minas de cobre estava recriando a barreira de cor. Como e porque o colonialismo continuava a se desdobrar no interior do pós-colonialismo? Enfrentar esse problema implicava analisar a razão por trás da reprodução da barreira de cor quando ela estava sendo dissolvida na esfera do governo, onde a “zambianização” avançava em ritmo acelerado.

Na ocasião, trabalhando no escritório da empresa, Burawoy compreendeu que, na realidade, a nacionalização da mina de cobre criava uma aparência de neutralidade racial pela integração dos negros nas escalas salariais dos brancos, mas de uma maneira que não ameaçasse o *status quo*. Dessa forma, a empresa buscava contentar alguns trabalhadores negros promovidos a funções de feitor ao mesmo tempo em que favorecia as qualificações e a experiência dos trabalhadores brancos promovidos a subgerentes de operações. Inspirado em Fanon, Burawoy demonstrou como mudanças oriundas de uma revolução política liderada pela burguesia nacional não eram suficientes para superar a ordem racial capitalista em um país marcado pela espoliação colonial. Sem uma revolução socialista e democrática, o velho capitalismo racial iria se reconfigurar, triunfando sob novas roupagens.

Esta agenda investigativa ganhou mais tração quando Harold Wolpe decidiu estudar o sistema de trabalho migrante na África do Sul. Esquemáticamente, ele considerava que a opressão racial respondia à necessidade capitalista de acumular explorando trabalhadores racializados. A espoliação política das populações africanas permitia que as empresas não pagassem pelos custos de reprodução do trabalhador africano, na medida em

que suas famílias permaneciam nas regiões rurais excluídas do território nacional, porém, controladas pelo Estado racista, e que o próprio trabalhador não fosse considerado um cidadão, portanto, não possuindo nenhum direito trabalhista ou social, mantendo-se indefinidamente na condição de imigrante.

Quando chegou em Chicago, Burawoy trouxe na bagagem essa agenda investigativa que logo iria florescer na direção da comparação entre a África do Sul e o sistema de trabalho migrante, que era o esteio da lucratividade do agronegócio da Califórnia (Burawoy, 1976). As convergências entre os dois casos levaram-no não apenas a concluir que a espoliação política era um instrumento contemporâneo da acumulação econômica, como a regulação estatal dos direitos da cidadania criava as condições precárias e racializadas que asseguravam a reprodução de uma parte importante da força de trabalho abaixo do seu valor. A síntese de suas posições no período pode ser encontrada em sua polêmica com Edna Bonacich a propósito da dualização do mercado de trabalho na África do Sul, publicada em um longo capítulo intitulado “The capitalist state in South Africa: marxist and sociological perspectives on race and class” (Burawoy, 1981).

Em suma, Burawoy compreendeu que a moderna acumulação capitalista seguia atada às arcaicas relações de dominação baseadas da discriminação racial. Daí a ideia segundo a qual o racismo apoia-se na racialização, isto é, na hierarquização de indivíduos e grupos sociais a partir de algum marcador fenotípico arbitrariamente selecionado, como a cor da pele, por exemplo, porém, vai além, na medida em que os corpos racializados se transformam em objeto de exploração econômica baseada na troca de não equivalentes. Para tanto, a regulação estatal deve ser capaz de criar as bases institucionais, sobretudo, legais, da racialização, assim como assegurar por meio da violência política a reprodução do processo de acumulação via espoliação social.

Da perspectiva de um programa de investigação crítico do capitalismo racial, a conclusão a respeito da *contemporaneidade da expropriação baseada na troca de não equivalentes mercantis* criava todo um campo de possibilidades de comparação entre o Norte e o Sul globais, destacando as diferenças e as convergências existentes entre sociedades nacionais como partes do desenvolvimento mundial do capitalismo. Cabe destacar que Burawoy chegou originalmente a esse programa inspirado, sobretudo, pelas leituras de Frantz Fanon feitas na África do Sul e em Zâmbia. Portanto, trata-se de uma elabo-

ração a respeito do desenvolvimento desigual e combinado da acumulação impulsionada pela necessidade de interpretar o capitalismo racial.

Nesse sentido, a intersecção entre capitalismo e racismo torna-se compreensível à luz da criação de leis e da violência política estatal que asseguram a reprodução dos regimes de expropriação do trabalho. Aqui é possível identificar uma notável convergência entre o *capitalismo racial* e o *neoliberalismo*: ambos dependem de um tipo de Estado capaz de criar despoiticamente um “outro”, isto é, uma massa de excluídos de direitos políticos, sociais e trabalhistas, a fim de viabilizar um tipo de exploração econômica baseada primordialmente na troca de não equivalentes mercantis.

Segundo essa visão, tanto o capitalismo racial quanto o neoliberalismo dependeriam para sua reprodução da produção politicamente despótica de um precariado localizado na fronteira entre o aumento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Trata-se de base da relação de afinidade eletiva existente entre ambos. Na medida em que a violência política e a exploração econômica distribuem-se de maneira muito desigual no interior das classes subalternas nacionais, atingindo mais diretamente os grupos racializados, faz-se necessário interpretar o conceito de “raça” sobretudo como algo forjado e atualizado pelas contradições e metamorfoses da acumulação capitalista, e não a partir de suas implicações culturais e políticas.

Esta talvez seja a principal lição legada pelas investigações de Burawoy a propósito do capitalismo racial: precisamos ir além dos modelos de recursos de poder de dominação racial a fim de *destacar tanto as fronteiras raciais dentro das classes quanto as fronteiras de classe dentro das raças como partes constitutivas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo*. Trata-se de uma visão totalizante do problema do racismo que busca integrar suas dimensões econômica, política e cultural. Logicamente, não é possível assegurar uma ampliação mundial da acumulação capitalista sem um aumento concomitante do número de trabalhadores submetidos à dominação racista:

Argumentei que o baixo custo do trabalho migrante residia, antes de tudo, em sua base material, a saber, a separação forçada entre manutenção e renovação da força de trabalho. [...] A circulação de trabalho migrante era uma função dos regimes coercitivos de colaboração entre o capital e o Estado que forçavam os trabalhadores

a padrões migratórios. Tais regimes podem ser encontrados em outras partes do mundo, não apenas sob o colonialismo. Além disso, mostrei como teorias desenvolvidas na África (Fanon, van Velsen, Wolpe...) poderiam gerar novos *insights* sobre os fenômenos sociais encontrados no capitalismo avançado. [...] Daí a necessidade de destacar o papel crítico dos Estados operando na reprodução de sistemas de trabalho barato” (Burawoy, 2021, p. 98-99).

Assim, é possível argumentar que quando Burawoy mudou-se da África para os Estados Unidos ele trouxe consigo um programa de pesquisa marxista em desenvolvimento capaz de interrogar o caráter classista das ordens raciais focado na reprodução da força de trabalho barata. Trata-se do pano de fundo de sua conhecida problematização da teoria gramsciana da hegemonia sintetizada no conceito de política da produção desenvolvida em “Manufacturing consent”. À primeira vista, essa afirmação pode parecer um tanto excêntrica, considerando se tratar, como sabemos, de uma análise a respeito de como o fordismo foi capaz de assegurar o consentimento dos trabalhadores a partir da reprodução de um regime fabril hegemônico apoiado no Estado interno, no sistema de metas, na negociação com o sindicato e no mercado interno de trabalho.

Fordismo: fabricando o consentimento

No entanto, ao observarmos mais de perto os argumentos presentes no livro, perceberemos a presença orientadora de uma agenda investigativa focada na reprodução das condições de produção do trabalho barato. Na região sul de Chicago, eram os negros os responsáveis pela ampla oferta de trabalho não qualificado para as empresas. Afinal, como o consentimento operário ao regime fordista de acumulação pode ser alcançado em condições de consumo desse tipo de trabalho? Ao começar a trabalhar no dia 2 de julho de 1974, como operador de máquinas na divisão de fabricação de motores da Allis-Chalmers, uma corporação multinacional que produzia máquinas e equipamentos para a construção civil e para a agricultura, Burawoy ficou impressionado a respeito de quantas qualificações existem em um trabalho supostamente não qualificado e também sobre o quão duro as pessoas trabalhavam por salários modestos, sem nenhuma razão aparente capaz de explicar essa “anomalia”.

Este era o quebra-cabeça que definiu a pesquisa de campo de Burawoy na Allis-Chalmers: por que os trabalhadores trabalhavam tanto, suando para alcançarem as metas do trabalho e fazendo horas extras para que os capitalistas pudessem lucrar ainda mais? Desde os anos 1930, ao menos, a sociologia industrial, assumindo o ponto de vista das gerências, havia sempre se perguntado por que os trabalhadores não trabalham mais ou estudado como fazê-los trabalharem mais duro. Mas, aquilo simplesmente não combinava com o que ele viu no chão de fábrica. Ademais, os marxistas em geral supunham que era o açoite vindo do mercado de trabalho, ou seja, o medo de ser demitido, que explicava o trabalho duro. Se não fosse isso, então era o incentivo econômico que impulsionava os trabalhadores. Esses fatores estavam inegavelmente em jogo. No entanto, conforme observou Burawoy, na Allis-Chalmers era muito difícil ser demitido, além da empresa assegurar o pagamento de um salário mínimo aos trabalhadores, mesmo aos não qualificados. A coerção por si só não podia explicar o entusiasmo que seus companheiros de trabalho devotavam ao trabalho duro.

Logo após Burawoy começar a trabalhar na Allis-Chalmers, Harry Braverman publicou seu conhecido livro “Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX” (1974), atraindo considerável atenção e iniciando um amplo debate sobre o processo de trabalho na sociologia estadunidense e mesmo internacional. Em sua obra, Braverman enfatizou conscientemente a transformação “objetiva” da organização do trabalho sob o capitalismo e não nas diferentes respostas dos trabalhadores às estratégias adotadas pela gerência científica. Assim, ele presumiu tacitamente que a natureza coercitiva do processo capitalista de trabalho explicaria a intensidade do ritmo da atividade dos trabalhadores.

Na oficina de fabricação de motores, Burawoy percebeu que a suposição de Braverman deveria ser problematizada. Assim, ele elaborou seu problema de pesquisa a partir da experiência de seus próprios companheiros de trabalho. Cotidianamente, os operários da Allis-Chalmers enfrentam uma dura realidade: chegar na fábrica pontualmente todos os dias para realizar oito ou mais horas de um trabalho árduo, repetitivo e intrinsecamente sem sentido. Para fazer o tempo passar mais rápido, para injetar um pouco de sentido em suas vidas no chão de fábrica, eles transformaram o processo de trabalho em um jogo chamado de “bater a meta”. Alcançar suas metas tornou-se um desafio que eles (trabalhadores) perseguiram por meio de maneiras engenhosas de cortar caminhos na fábrica e combinar diferentes tarefas antes dispersas.

Na fábrica, o jogo de bater as metas atraía os trabalhadores, fazendo o tempo passar mais rápido e desenvolvendo uma cultura operária que fortalecia as relações de solidariedade entre os diferentes grupos de operários, muitas vezes absorvendo inclusive as baixas gerências. Os trabalhadores sentiam-se emocionalmente empenhados em participar do jogo e eram reconhecidos por seus pares conforme se mostrassem proficientes em atingir os objetivos definidos pelos próprios jogadores. Além disso, o “Estado interno” existente na empresa constituía os trabalhadores como autênticos “cidadãos industriais” com direitos e obrigações definidos pelo sistema de reclamações estabelecido pela negociação coletiva entre a empresa e o sindicato. Finalmente, um mercado de trabalho interno assegurava aos trabalhadores alguma autonomia, ainda que limitada, em relação aos supervisores que, se quisessem manter os melhores trabalhadores em suas sessões, teriam que tratá-los de maneira respeitosa.

Na realidade, esta caracterização das instituições capazes de fabricar o consentimento dos trabalhadores à exploração na Allis-Chalmers descreve sinteticamente o modo de regulação fordista do pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos. Um pacto classista envolvendo os sindicatos, as gerências e o Estado, cuja reprodução tornou possível por cerca de três décadas a articulação dos interesses materiais do trabalho organizado com as empresas, persuadindo os trabalhadores a se dedicarem à produção de mais-valor e a se beneficiarem relativamente dos frutos do crescimento econômico por meio do aumento de bens de consumo duráveis.

Seguindo a análise de Antonio Gramsci no *Caderno 22*, a este arranjo de instituições capazes de assegurar a produção do consentimento operário ao fordismo, Burawoy chamou de regime hegemônico de produção. No entanto, apesar da caracterização das instituições do Estado interno, quais seriam as condições externas que tornaram esse regime possível? Ao comparar seus achados de campo com a etnografia realizada por Donald Roy na mesma planta industrial nos anos 1940, Burawoy percebeu que os conflitos entre os trabalhadores e a gerência eram mais intensos e que os direitos dos trabalhadores, como a negociação coletiva, por exemplo, eram menos desenvolvidos.

Ou seja, o fordismo havia produzido uma maneira de absorver os desafios dos trabalhadores, incorporando-os na produção do consentimento ao capitalismo. Ao contrário do pensamento marxista da época, Burawoy sustentou que a desorganização da classe trabalhadora por meio dos mecanismos

institucionais criados pela cidadania industrial ocorreu não apenas no reino das superestruturas, ou seja, da educação, dos partidos, dos sindicatos, da religião, das comunidades e da família, mas no próprio lugar de produção onde a consciência de classe deveria se condensar, isto é, nas fábricas.

Este é um dos pontos que devemos destacar a respeito do trabalho de Burawoy, isto é, sua preocupação em articular empiria e teoria por meio de um método que, inspirado na escola de antropologia de Manchester, ele chamou de estudo de caso ampliado. Como podia ser possível fazer generalizações a propósito do fordismo baseado em observações de uma única fábrica em Chicago? Na realidade, este método é teoricamente orientado, ou seja, a partir de um ou de poucos casos, o estudo pode estimular a ampliação da teoria levada a campo pelo pesquisador. Além disso, apoiando-se em seu estudo de caso, Burawoy reconstruiu a teoria marxista do processo de trabalho, temperando-a com achados da sociologia profissional, até chegar a um conceito de regime fabril capaz de apreender os elementos centrais do modo de regulação da relação entre capital e trabalho no interior da fábrica.

Trata-se de uma intervenção teórica no interior do marxismo que propôs a existência de relações políticas no espaço da produção imediata homólogas àquelas encontradas no nível do próprio Estado. A partir daí ele decidiu se apoiar em fontes secundárias para mostrar como os diferentes regimes produtivos variavam entre o capitalismo do passado e o capitalismo avançado, no interior e entre diferentes sociedades capitalistas avançadas, entre o capitalismo avançado e o socialismo de Estado e, finalmente, entre o contexto colonial e o pós-colonial. Isso o ajudou a consolidar um programa de pesquisa que acabou articulando o marxismo, isto é, os macroprocessos, as transformações em larga escala, e a etnografia, ou seja, os microprocessos, as diferentes formas de interação social.

Dessa maneira, Burawoy inspirou outros sociólogos em suas próprias pesquisas de campo a partir, sobretudo, dessa preocupação em mostrar como o macro e o micro estão mutuamente conectados. Para ele, o sentido principal da sociologia consiste em ligar o micro ao macro, reconhecendo que o micro é moldado por condições que vão além dele mesmo. Para tanto, é necessário desenvolver ferramentas teórico-metodológicas capazes de revelar as microfundações da macrossociologia por meio de ampliações do caso em questão. Nesse sentido, ele propôs quatro ampliações: do observador ao participante; no tempo e no espaço; no interior da própria teoria; do estudo de caso para o âmbito global.

Em parte, a reflexão a respeito do método do estudo de caso ampliado impôs-se como uma necessidade diante do fato de que em sua pesquisa sobre o processo de trabalho na Allis-Chalmers, Burawoy não foi capaz de perceber como o fordismo podia ser frágil como um regime hegemônico. Apenas um ano após a publicação de seu livro, ele assistiu Ronald Reagan vencer as eleições presidenciais e transformar seu governo, em especial, após a destruição da greve dos controladores de voo liderada pelo PATCO, na ponta de lança da desconstrução do fordismo internacional. Sua etnografia dos trabalhadores negros não qualificados da empresa nada antecipara a respeito da grande transformação liderada por uma ofensiva estatal contra os trabalhadores que iria erodir as bases do poder sindical por muitas décadas.

Racismo, capitalismo, neoliberalismo: as faces do despotismo

Qual o sentido dessa incompreensão e quais as lições podemos aprender a partir daí? Em primeiro lugar, é importante lembrar que Burawoy sempre destacou a autonomia relativa do processo de trabalho, enfatizando criticamente sua inserção em contextos nacionais historicamente diversos. Nesse sentido, é compreensível que a produção do consentimento à exploração capitalista em uma fábrica em Chicago na primeira metade dos anos 1970 sintetizasse relações hegemônicas que, a partir de mudanças mais gerais do próprio capitalismo, tardassem para serem substituídas por outras de caráter despótico.

Aqui, é necessário dizer que se Burawoy tivesse permanecido mais atento ao próprio programa levado de Zâmbia para Chicago, talvez ele identificasse mais prontamente a dialética existente entre os regimes hegemonzados pela troca de equivalentes, caso do fordismo, e os regimes dominados pela troca de não equivalentes, como o neoliberalismo. Se o despotismo gerencial praticado sobre os trabalhadores nas minas de cobre em Zâmbia é muito diferente dos jogos de ajuste das metas criados com a participação ativa das gerências pelos trabalhadores, em sua maioria negros, do sul de Chicago, não podemos perder de vista que a reprodução das relações sociais de exploração capitalistas induz comportamentos similares entre os trabalhadores, a despeito da distância geográfica ou histórica:

De fato, os mineiros [zambiano] demonstraram sua absorção ao capitalismo já em 1935, quando organizaram com sucesso o primeiro grande movimento grevista pacífico no cinturão de cobre. Eles se mostraram tão adeptos do controle e da restrição das cotas de produção quanto os operadores de máquinas da Geer e da Allied. [...] Como descobrimos na Allied, *as categorias étnicas e raciais geralmente são importantes apenas quando reproduzidas pelo próprio processo de trabalho*. Caso contrário, elas permanecem como preconceitos, atitudes e, sobretudo, como um idioma capaz de treinar os trabalhadores (Burawoy, 1979, p. 215, grifos nossos).

Com isso queremos destacar que, para Burawoy, o racismo e a exploração econômica são duas faces de uma mesma moeda: o capitalismo racial. Além disso, quando o neoliberalismo decidiu decretar uma verdadeira guerra civil contra o trabalho organizado, inaugurando uma era de declínio estrutural dos sindicatos marcada pela estagnação dos rendimentos do trabalho pelo aumento das desigualdades classistas, os maiores estragos aconteceram nas comunidades onde vivem os trabalhadores. Manietados pela crise econômica, eles viram alguns de seus poucos recursos protetivos ruírem com o declínio dos bons empregos e dos sindicatos, sugerindo fortemente a existência de uma relação de afinidade eletiva entre o racismo e o neoliberalismo (Wilson, 1997).

O neoliberalismo, como um momento de subversão das relações de forças entre as classes em que os trabalhadores são obrigados a fazer concessões ao invés de recebê-las das gerências, foi identificado por Burawoy por meio do conceito de “despotismo hegemônico”: “Nos anos 1980, a desindustrialização estava dando origem à regulação enxuta e mesquinha da produção no capitalismo avançado, e a hegemonia estava se tornando despotismo hegemônico - um reequilíbrio entre coerção e consentimento” (Burawoy, 2021, p. 211). Em sua análise da passagem do colonialismo ao pós-colonialismo em Zâmbia, não é difícil perceber uma relação de afinidade eletiva existente entre os conceitos de despotismo hegemônico e despotismo colonial:

Chamo essa forma de regime de produção de despotismo colonial: despótico, porque *a força prevalece sobre o consentimento*; colonial, porque *um grupo racial domina por meio de direitos políticos, legais e econômicos negados ao outro*. [...] O poder arbitrário exercido pelo

ditatorial 'Bwana' (chefe branco) baseava-se no controle da vida dos trabalhadores fora do trabalho. Um racismo aberto e explícito foi o princípio organizador por trás desses aparatos de produção (Burawoy, 1985, p. 226, grifos nossos).

Em síntese, os aparatos de produção no mundo colonial dependeriam tanto da prevalência da força sobre o consentimento quanto da exclusão de grupos racializados do domínio dos direitos da cidadania. Aqui, um racismo "aberto e explícito" transforma-se no princípio organizador de um regime de acumulação apoiado sobre a violência política. Um racismo tão enraizado na estrutura econômica capitalista que, na forma da "barreira de cor", se manteve relativamente intacto mesmo após a independência do país. É nessa direção que ganha relevância a discussão a respeito da afinidade eletiva entre o capitalismo racial e o neoliberalismo.

Assim, falar em neoliberalismo significa atualizar a análise da dominação racial tendo em vista as formas contemporâneas de mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro. Isso implica não reduzir a dominação racial a uma única "hierarquia" mais ou menos abrangente. Em primeiro lugar, é necessário desentrelaçar as diferentes dimensões da dominação racial por meio da problematização do sentido do capitalismo contemporâneo.

Em "The politics of production", Burawoy propôs abordar a dominação racial a partir da problematização de duas fontes do lucro capitalista: por um lado, temos as formas de extração do mais-valor, por outro, a tendência à compressão dos custos de reprodução da força de trabalho. A precarização do trabalho resulta do entrelaçamento dessas duas formas distintas e complementares de aumento do lucro. No âmbito do processo de trabalho, o predomínio da força aprofundaria a exploração dos trabalhadores racializados, negando-lhes direitos de cidadania, portanto, de representação sindical, e inserindo-os em condições cada vez mais inseguras de produção. No domínio da reprodução da mercadoria força de trabalho, a precarização das formas de manutenção e de renovação das comunidades de trabalhadores degrada o acesso das famílias aos meios de subsistência, ameaçando sua economia moral.

Nesse sentido, o despotismo colonial e o despotismo hegemônico compartilhariam a mesma essência econômica: a dependência de formas de apropriação baseadas na troca de não equivalentes mercantis. A diferença é que no caso do colonialismo, o racismo é explicitamente elaborado na forma

das leis e de procedimentos que regulam a produção. Sob o neoliberalismo, a dominação racial revela-se indiretamente, ainda que seus efeitos sejam muito visíveis: segregação espacial de comunidades, baixos salários, longas jornadas, exclusão de direitos de cidadania, inserção em ocupações degradantes, racialização de indivíduos e de grupos, dependência sistemática da assistência social, assédio e violência policial permanentes, deterioração das redes de apoio familiares, abuso de drogas, etc.

Através das lentes fanonianas, Burawoy percebeu na “zambianização” das minas de cobre durante a independência do país africano tanto a reprodução do racismo na condição de princípio organizador das relações de produção quanto a transformação da ordem jurídica que, ao menos de um ponto de vista formal, emancipou-se da dominação racial a fim de se adaptar à nova regulação do mercado. Na passagem do colonialismo ao pós-colonialismo, ele percebeu como a expropriação capitalista reagiu às lutas emancipatórias, ao mesmo tempo, conservando sua essência econômica e adaptando suas relações de poder. A presença explícita do racismo foi substituída por uma atuação implícita que, ainda assim, seguia dependendo do processo de racialização dos trabalhadores como forma de reproduzir as relações de produção capitalistas.

Em certa medida, o estudo de caso ampliado em Zâmbia antecipou em algumas décadas aquilo que aconteceria na África do Sul com o fim do regime de *apartheid* e a ascensão do Congresso Nacional Africano à condição de partido governante do país, já com o neoliberalismo dominando o mercado mundial. Apesar da absorção de alguns negros no setor público, o sistema de reserva de empregos e os limites para a mobilidade ocupacional dos trabalhadores negros mantiveram-se mais ou menos intactos.

Com a ampliação dos direitos da cidadania para alguns grupos étnicos que passaram a ser considerados “nacionais”, a estrutura econômica passou a depender da imigração de trabalhadores de outros países vizinhos. Na medida em que a redução dos custos de reprodução da força de trabalho é um componente essencial da ordem racial capitalista, as comunidades rurais que subsidiam os baixos salários dos trabalhadores imigrantes precisaram ser acessadas de mais longe. Ao contrário de eliminar a dominação racial, a mercantilização neoliberal do trabalho na África do Sul acabou reinventando as leis que regulam a circulação do trabalhador negro, restringindo seus direitos de residência, em uma escala internacionalmente ampliada e

não mais restrita às chamadas “terras ancestrais” onde as diferentes etnias eram originalmente segregadas.

A exemplo de seu estudo de caso em Zâmbia, a análise de Burawoy a respeito do fordismo racial sul-africano procurou problematizar os interesses de classe por trás da reprodução do racismo. Nesse sentido, sua polêmica com a interpretação de Edna Bonacich é esclarecedora. Para a socióloga estadunidense, o principal grupo responsável pela reprodução da ordem racial na África do Sul seriam os trabalhadores brancos, protegidos pelos mecanismos de reserva de mercado que asseguravam a eles os melhores empregos e salários. Para Burawoy, de fato, a classe trabalhadora branca tinha interesse na reprodução do *apartheid*, porém, os trabalhadores brancos não configuravam uma fração homogênea de classe.

Por um lado, o grupo de trabalhadores brancos qualificados era ameaçado pela desqualificação trazida pelo progresso tecnológico, aproximando-se dos trabalhadores brancos não qualificados que se sentiam ameaçados de serem substituídos por uma força de trabalho negra mais barata. Nesse sentido, os brancos qualificados teriam um interesse em manter a barreira de cor, desde que ela ajudasse a preservar seu monopólio sobre as qualificações. No caso dos brancos não qualificados, seu interesse seria o de suprimir a barreira de cor, excluindo completamente os negros da concorrência no mercado de trabalho. Trata-se de um exemplo que revela como o racismo pode criar tensões no interior da própria fração branca da classe trabalhadora, estimulando diferentes escolhas políticas.

A solução temporária para o aprofundamento dessas tensões somente pode ser garantida por um Estado capaz de criar e impor as leis definidoras da ordem racial. Ou seja, é o Estado que regula os diferentes interesses de classes e frações de classe, assegurando a reprodução da ordem racial e, conseqüentemente, as bases da acumulação, na medida em que desenha as fronteiras que separam aqueles grupos de trabalhadores submetidos à exploração baseada na troca de equivalentes dos espoliados por relações de produção dependentes da troca de não equivalentes mercantis.

Trata-se de uma noção de capitalismo racial que, na medida em que revela divisões de classes no interior das raças e divisões raciais no interior das classes, dialoga com a interpretação de W. E. B. Du Bois da ordem racial estadunidense. Em “Black reconstruction in America”, Du Bois (1962) estudou o fim do período da Reconstrução após a Guerra Civil, quando o Norte abandonou seu apoio à emancipação negra no Sul, restaurando o poder dos

grandes donos de fazenda que impuseram novas formas de trabalho compulsório aos negros concomitante à promulgação das leis segregacionistas conhecidas com Jim Crow. Além disso, ele interpretou os escravizados, à luz de suas leituras dos textos de Marx sobre a Guerra Civil americana, como uma verdadeira classe revolucionária engajada em construir a primeira “greve geral” da história dos Estados Unidos por meio da deserção em massa para o Norte do país. O pano de fundo da análise de Du Bois era sem dúvida a interconexão entre a pilhagem da África e a acumulação capitalista.

Para Du Bois, essa imbricação entre escravidão e capitalismo é a base de sua noção de capitalismo racial que significava tanto um *momento histórico* no qual a sociedade moderna logrou articular a acumulação de capital à escravidão em escala sistêmica, quanto um *método* capaz de localizar o racismo no interior de uma análise crítica do capitalismo. Ao refletir sobre as transições do colonialismo ao pós-colonialismo e do fordismo ao neoliberalismo, Burawoy sugeriu que essa problematização do capitalismo racial seria capaz de revelar os processos históricos por meio dos quais as metamorfoses do capitalismo promoveriam a atualização do racismo em condições historicamente determinadas. Em ambos os casos, as conclusões de Du Bois e de Burawoy parecem se encontrar na afirmação de Achille Mbembe, segundo a qual:

Pela primeira vez na história humana, o nome Negro deixou de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo. [...] A este novo carácter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo (Mbembe, 2014, p. 18).

Explorar as afinidades eletivas entre o racismo e o neoliberalismo supõe problematizar as reconfigurações do capitalismo a partir da intersecção entre identidades classistas e identidades étnicas-raciais, enfatizando a contemporaneidade da expropriação baseada na troca de não equivalentes mercantis, cujos efeitos podem ser facilmente percebidos na racialização dos setores subempregados das classes trabalhadoras em diferentes contextos nacionais. Além, obviamente, do fortalecimento da exclusão dos corpos dos trabalhadores racializados dos domínios dos direitos humanos que antecede sua integração como objeto da expropriação capitalista mais

cruel. Assim, ao contrário do que afirmam as interpretações liberais: “O racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente” (Almeida, 2016, p. 23).

Nesse sentido, o racismo não pode ser confundido com a substancialização culturalista de qualquer característica fenotípica arbitrariamente selecionada de um indivíduo ou mesmo de um grupo social. Esses marcadores fenotípicos variam historicamente, alternando seu peso na definição de “raças” distintas conforme os resultados das lutas de fronteira que redefinem quem somos nós e quem são eles, inclinando-se nesta ou naquela direção. Até a década de 1930, judeus, italianos e irlandeses eram considerados não brancos nos Estados Unidos.

Por isso mesmo, não devemos deixar de considerar entre os grupos “racializados” de trabalhadores estadunidenses, aqueles brancos – “caipiras”, “lixo branco”, etc. – que, tendo em vista o aumento das desigualdades classistas, foram sendo progressivamente expulsos do pacto protetivo do trabalho que vigorou durante o fordismo. Se somarmos a isso seu relativo isolamento em pequenas comunidades castigadas pela desindustrialização e pela pobreza, especialmente concentradas nas áreas rurais, perceberemos como, aos olhos de muitos liberais moradores dos grandes centros urbanos, esses trabalhadores acabaram se transformando na maior ameaça ao funcionamento da democracia americana.

Desigual e combinado: articulando diferentes regimes de mercantilização

Trata-se de um diagnóstico que simplesmente não é capaz de identificar como a crise da globalização neoliberal, iniciada em 2008, não apenas bloqueou o funcionamento das instituições democráticas como impediu a negociação de soluções alternativas para os dilemas das sociedades nacionais em nome do funcionamento dos mercados.¹ A ameaça à democracia não vem das escolhas políticas dos trabalhadores pobres submetidos

1. Possivelmente, o maior exemplo desse tipo de bloqueio da democracia tenha sido dado pelas eleições gregas de 2015, quando a população do país votou majoritariamente em um partido radical que prometia não cumprir o memorando europeu, aprofundando a aplicação de políticas “austericidas”, e o governo vitorioso foi obrigado a aplicar tais medidas a fim de permanecer na União Europeia (Ver Baptiste Dericquebourg, “Os dilemas do Syriza: História de uma decepção?” *Nueva Sociedad*, n. 261, janeiro-fevereiro de 2016).

à expropriação neoliberal, mas do modo como forças econômicas e políticas extranacionais determinam a experiência vivida pelas classes subalternas no interior das sociedades nacionais.

Como a combinação contemporânea entre Estados e mercados criou diferentes regimes de trabalho e como esses regimes influenciaram o processo de formação, desconstrução e reconstrução das classes trabalhadoras nacionais e de suas lutas? A etapa mais recente da evolução do programa de pesquisa dos regimes de produção proposto por Burawoy concentrou-se em questões que deslocaram o olhar para além do processo de trabalho, na direção da articulação de diferentes modos de mercantilização:

Fui compelido a olhar além do local de trabalho para entender as condições sob as quais a consciência de classe forjada na produção dá origem à formação de classes, como a classe em si se torna uma classe para si. [...] O segredo oculto da ordem emergente não estava no processo de trabalho, mas no reino da troca que corroía sistematicamente a produção (Burawoy, 2021, p. 146).

Este deslocamento deu-se, sobretudo, no momento de sua investigação a respeito do colapso do regime despótico burocrático na Rússia. A rápida desregulação das relações de produção soviéticas que impulsionou a mercantilização do trabalho no país fez com que os salários caíssem muito abaixo de seu custo de reprodução, obrigando as famílias trabalhadoras a desenvolverem toda sorte de estratégias de sobrevivência. A aproximação em relação à perspectiva polanyiana da análise da mercantilização, chamada por Burawoy para o caso russo de “grande involução”, não deixava de ressoar suas preocupações da primeira fase de seu programa investigativo.

Nos anos 1990, a crise da reprodução social na União Soviética e colapso do socialismo burocrático de Estado revelaram que a terceira onda da mercantilização era a lógica destrutiva por detrás do caos da era pós-soviética. A mercantilização do trabalho tornou-o precário ou inútil, impulsionando o lento desmanche das comunidades onde viviam os trabalhadores russos. Nesse momento, Burawoy identificou a emergência de um regime de expropriação que destruiu completamente a troca de equivalentes entre os sindicatos e a indústria, favorecendo a troca de não equivalentes baseada na privatização do capital estatal e na expropriação dos direitos dos trabalhadores.

De certa forma, parecia existir uma conexão invisível ligando a pilhagem colonial praticada na África pelo mercado mundial à espoliação da propriedade estatal russa impulsionada por um neoliberalismo mundialmente vitorioso. Recuperando a agenda polanyiana, Burawoy identificou no triunfo do neoliberalismo sobre o fordismo internacional, o socialismo burocrático e o desenvolvimentismo pós-colonial, a ascensão de uma avassaladora “terceira onda da mercantilização capitalista” cujo âmago localizava-se na erosão das relações sociais de produção.

Na Rússia, Burawoy vislumbrou um processo que se espalhava pelo mundo na esteira da ascensão da mercantilização neoliberal: quando a força de trabalho é mercantilizada sem proteção, a exploração desregulada faz com que os salários caiam abaixo do custo de subsistência. Nesse sentido, ele percebeu o caso russo como a vanguarda de uma decadência global impulsionada pela distopia neoliberal.

Além disso, o resgate da agenda polanyiana permitiu a Burawoy identificar nos desdobramentos da terceira onda da mercantilização a confluência entre o trabalho precário, a devastação ambiental e o efeito corrosivo da financeirização capitalista: “O capital financeiro é o condutor de todos esses processos: o ganho espúrio de dinheiro com dinheiro supervisionando a destruição e o desperdício, garantindo que o mercado de ações flutue para cima mesmo quando a economia produtiva declina” (2021, p. 214).

A articulação entre a precarização do trabalho, a degradação ambiental e a financeirização do capital trazidas pelo neoliberalismo não apenas desconstruiu os antigos atores políticos característicos do fordismo, do socialismo e do desenvolvimentismo, como também favoreceu o surgimento de novos atores políticos, impulsionando uma onda de movimentos sociais através do globo, casos da Primavera Árabe, do movimento Occupy Wall Street, dos Indignados espanhóis e portugueses, além de energizar outros movimentos mais tradicionais em diferentes contextos nacionais, como o sindicalismo, o movimento de camponeses, de mulheres, contra o racismo e o ecológico.

Segundo o diagnóstico de Burawoy, se existia algo unificando movimentos tão distintos não era a oposição à exploração econômica na produção, mas *a resistência à mercantilização destrutiva da terceira onda*. Daí a necessidade de reforçar o foco analítico nas instituições, organizações e movimentos sociais que emergem no interior do capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, desafiam seus fundamentos. Ocorre que tais reações à terceira onda nem sempre se manifestam como “utopias reais”, para lembramos o concei-

to de Erik Olin Wright, ensejando resistências baseadas no fortalecimento de valores democráticos, da liberdade, da igualdade e da segurança social.

Na realidade, “o contramovimento à terceira onda da mercantilização pareceu despojado de uma dimensão utópica, em grande parte, devido ao descrédito da ideia do socialismo” (Burawoy, 2021, p. 10). Daí percebermos, muitas vezes, as reações à mercantilização poderem se mover em uma direção oposta, ou seja, evoluir no sentido de uma utopia reacionária, favorecendo movimentos de extrema direita como, por exemplo, o “Tea Party” nos Estados Unidos.

Da política da produção, com seu foco nas relações sociais *na* produção contra o pano de fundo das relações sociais *de* produção, a agenda de Burawoy avançou na direção da análise da articulação dos modos de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro. Para tanto, apoiou-se em uma espécie de reconstrução polanyiana do marxismo. O modelo marxista original enfocava a competição entre os capitalistas, a desqualificação dos trabalhadores pelas novas tecnologias, a intensificação das lutas entre as classes sociais e a crise de superprodução. No entanto, o modelo tendia a subestimar o papel do Estado na regulação do capitalismo, no controle das crises econômicas e na sustentação de pactos sociais garantidores de concessões capazes de conter momentaneamente as crises de superprodução, integrando parte das classes trabalhadoras por meio da ampliação dos direitos da cidadania.

A principal diferença entre Karl Polanyi e o marxismo é que para ele a destrutividade social do mercado no capitalismo seria o grande problema a ser enfrentado pela classe trabalhadora. Portanto, Polanyi focava o processo de mercantilização, não a exploração do trabalho, como eixo vertebrador dos conflitos sociais capitalistas. Nesse sentido, a crítica da utopia regressiva do mercado autorregulado seria a base para a crítica do capitalismo e sua ameaça permanente à reprodução das diferentes sociedades nacionais. Para Burawoy:

Retirar terra, trabalho, dinheiro e conhecimento de seu tegumento social e, assim, submetê-los à mercantilização cria novos mercados e mais lucros. Essa expropriação não apenas deu origem ao capitalismo como nos tempos da ‘acumulação primitiva’ de Marx, mas continua sendo uma característica do capitalismo contemporâneo, muitas vezes violenta, muitas vezes gerando protestos sociais. David Harvey (2003) acertadamente destaca muito dessa contínua ‘acumulação primitiva’ em sua noção de ‘acumulação por espoliação’ (2021, p. 171).

Ainda assim, há que se questionar com Burawoy até que ponto estaríamos diante de um processo de acumulação ou de desacumulação, isto é, até que ponto essas contínuas expropriações não estariam simplesmente destruindo o capitalismo em vez de expandi-lo sobre os ombros de milhões de camponeses deslocados, de refugiados de guerras, de trabalhadores desempregados e subempregados, de inquilinos despejados, das vítimas das grandes enchentes, dos incêndios florestais e da poluição ambiental: “Não podemos dizer que os mercados estão agora em um modo de destruição do capitalismo, *desacumulação por desapropriação*, um processo que eu antes chamava de ‘involução?’” (Harvey, 2003, p. 173, grifos nossos).

Em sua reconstrução polanyiana do marxismo, Burawoy identificou não apenas pontos convergentes, como complementares. O principal deles talvez seja a crítica à alienação mercantil do trabalho presente em ambas agendas com claros desdobramentos relacionados à crise reprodutiva dos trabalhadores e suas comunidades. Uma crise que enseje reações politicamente diversas e que se alinham tanto à esquerda quanto à direita do espectro político. Durante a primeira metade dos anos 2010, as duas reações à terceira onda muitas vezes se encontram, como durante as chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil, por exemplo. Outras vezes, elas caminharam paralelamente sem se tocarem, apesar do objeto das críticas ser o mesmo, ou seja, os bancos e os poderosos, casos, por exemplo, dos movimentos “Occupy Wall Street” e “Tea Party”.

Apesar da reação direitista à terceira onda da mercantilização na segunda metade dos anos 2010 ter conseguido impulsionar a eleição de governos neautoritários nos Estados Unidos, na Europa, na Índia e no Brasil, não nos parece possível falar ainda em uma “hegemonia” suficientemente forte capaz de regular a crise de reprodução e estabilizar esses regimes. Na verdade, em nossa opinião, seria mais correto falar em uma espécie de paralisia da democracia liberal em um momento de “interregno” entre a atual crise do neoliberalismo e uma sociedade futura, cujos traços gerais ainda estão em disputa entre aqueles que se opõem pela direita ou pela esquerda à mercantilização. Seguramente, encontraremos pistas a respeito do tipo de sociedade que tende a emergir dessas disputas se olharmos para aquilo que unifica os diferentes atores: a desmercantilização.

Burawoy no Brasil

No passado, fordismo, socialismo burocrático e desenvolvimentismo, em diferentes graus, e colhendo resultados muito diversos em termos de proteção social, definiram a desmercantilização como a substituição do mercado por um Estado interventor mais ou menos autoritário. No entanto, num momento em que o Estado se aliou ao mercado na tarefa de impulsara devastação neoliberal da sociedade, como podemos redefinir o processo de desmercantilização sem reinventar os autoritarismos do passado? Para Burawoy: “O impulso para a desmercantilização deverá vir da sociedade civil. Isso não significa que o Estado e o mercado desapareceram miraculosamente; ao invés disso, eles devem estar subordinados à auto-organização coletiva da sociedade civil. É uma questão de restaurar o social do socialismo” (Burawoy, 2021, p. 177).

A evolução da agenda investigativa dos regimes de produção influenciou meu trabalho de diferentes maneiras em diferentes momentos. Além disso, cabe destacar que uma “guinada polanyiana”, ocorrida entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, também marcou a produção intelectual do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), ao qual me associei em 2003. Sob liderança de Chico de Oliveira que, desde a publicação de seu conhecido ensaio “Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita” (1998), havia assumido um ponto de vista explicitamente polanyiano, o Cenedic trabalhou a noção segundo a qual a eleição de Lula, em 2002, teria iniciado uma era de “indeterminação” na vida política e social do país.

Antes de mais nada, tratava-se de uma tentativa de compreender o significado mais profundo da vitória petista. Por um lado, a equipe do Cenedic já havia mapeado alguns dos principais impactos do que chamamos à época, inspirados por Roberto Schwarz, de “desmanche neoliberal”, isto é, o avanço da mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro no meio popular. Decidimos, então, focar nas metamorfoses da economia popular nas periferias e no enfraquecimento do sindicalismo em um contexto de globalização capitalista, a fim de alertar para o perigo que uma conversão petista ao neoliberalismo representava para o futuro dos movimentos de resistência à mercantilização no país.

Na realidade, Lula havia sido eleito em meio a uma evidente onda de otimismo quanto ao futuro. No entanto, sua eleição coincidia com o reflú-

xo dos movimentos sociais manietados por pouco mais de uma década de neoliberalismo. A “indeterminação” dialogava com essa contradição em relação ao futuro. De uma certa maneira, o pessimismo de nossa análise chocava-se com o otimismo dos petistas. Por isso, assumimos que nossa análise poderia estar errada e que deveríamos manter uma janela aberta à indeterminação. Para tanto, nossa aposta era condicional: caso o governo investisse em políticas públicas como a distribuição de renda por meio da taxação dos ricos e dos bancos, os investimentos massivos em políticas universais de saúde, educação, habitação popular, etc., haveria ainda a chance de que “por cima”, o governo eletrizasse os “de baixo” numa tentativa de reverter o desmanche neoliberal, assegurando um futuro no qual as aspirações organizativas dos subalternos se reconciliassem com os direitos da cidadania.

No entanto, logo nossa aposta na indeterminação provou-se bastante equivocada por conta dos rumos do primeiro governo Lula. Quando o livro resultante do projeto foi lançado, em 2005, já não se podia falar mais em indeterminação. Neste momento, publiquei com Alvaro Bianchi um artigo no qual nos engajávamos com a tese de Chico de Oliveira presente em seu conhecido ensaio de 2003 intitulado “O ornitorrinco”. Neste ensaio, Chico acertava contas com certas análises que ainda enxergavam a possibilidade de superação do atraso do país por meio de um projeto liderado por um governo “desenvolvimentista”.

Na ocasião, Chico atacou as bases da tese desenvolvimentista argumentando que na nova fase do capitalismo financeirizado os sindicalistas que controlavam os fundos de pensão das empresas estatais haviam se aproximado tanto dos economistas tucanos, que durante os governos de FHC haviam se tornado sócios em bancos de investimento, que para eles não existiria mais nenhum projeto alternativo de sociedade ao neoliberalismo. Essa “nova classe” formada por sindicalistas petistas e economistas tucanos consolidaria a mercantilização neoliberal no país. Eu e Alvaro Bianchi apostamos em uma variação da tese de Chico.

Argumentamos que a financeirização da burocracia sindical inviabilizava o projeto desenvolvimentista, pois quem decidia o investimento era, no limite, o mercado, isto é, a taxa de retorno sobre o capital investido, e não o governo Lula. Porém, o fato dessa burocracia sindical não poder cristalizar seu poder na forma de propriedade privada sobre os ativos financeiros asseguraria certa permeabilidade às demandas dos trabalhadores. Ou seja,

Lula representaria um neoliberalismo “de esquerda”, isto é, com sensibilidade social. No fundo, a diferença era a seguinte: para Chico, a “nova classe” teria liquidado o PT como partido dos “de baixo”. Para nós, isso ainda não havia acontecido, pois os sindicalistas não se transformaram em uma “nova classe”. Eles continuavam sendo um estrato da classe trabalhadora. Ainda que agindo em um mundo econômico financeirizado em que o controle político das empresas estatais colocava a chave do cofre em suas mãos.

De certa maneira, este era o mesmo problema levantado por Chico no ensaio de 2003. Como entender a conversão de Lula e do PT ao neoliberalismo? Com a tese da “nova classe”, Chico apontava para uma transformação recente e sociologicamente apoiada na aliança entre sindicalistas petistas e economistas tucanos, uns controlando os fundos de pensão e outros os fundos de investimento. Não que eu discordasse totalmente disso, mas, o fato de ter apostado não na tese da “nova classe” e sim na noção de burocracia operária me obrigou a recuar para antes da Era FHC. Ou seja, para o período de formação daquela burocracia na qual surgiu Lula, o PT e a CUT.

No entanto, meu interesse não era o do historiador. Ou seja, eu não estava interessado em reconstituir a história do ABC nos anos 1960 e 1970 a partir de novas fontes. Meu interesse principal consistia em analisar o surgimento de uma relação política que me ajudasse a compreender o tipo específico de dominação social que Lula estava reproduzindo nos anos 2000 e que, aos meus olhos, conservava uma capacidade notável de realizar concessões aos subalternos. Em outras palavras, pretendia compreender como aquelas relações sociais na produção, características do período fordista periférico brasileiro, nos ajudaria a compreender as relações sociais de produção durante a transição da ditadura para a democracia. Tratava-se de um problema tipicamente ligado à agenda da política da produção definida por Burawoy.

Assim, dediquei-me a tentar compreender a gênese do que chamei de “hegemonia lulista” a partir da combinação entre a análise das relações sociais *na* produção (regime fabril) e a investigação das relações sociais *de* produção (modo de regulação da conflitualidade classista). Chico havia interpretado a eleição de Lula em 2002 como uma vitória do projeto dos de “baixo”, isto é, uma autêntica vitória política das classes subalternas brasileiras que coroou aquilo que ele havia chamado no passado de “era das invenções” impulsionada pelos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980.

Ou seja, a sociedade civil brasileira havia conquistado uma vitória por meio de Lula. Para Chico, essa vitória apenas foi possível devido ao fato de que os movimentos sociais haviam conseguido conquistar uma espécie de hegemonia moral antes do PT assumir o controle do aparelho político de Estado. Um bom exemplo disso foi a mobilização da sociedade civil pela universalização do acesso ao sistema público de saúde durante o período da Constituinte, em 1986. Os movimentos sociais foram capazes de exercer uma espécie de hegemonia moral que conduziu os debates parlamentares e assegurou a criação do Sistema Único de Saúde.

Nesse sentido, a hegemonia moral precedeu a hegemonia política. Com a vitória de Lula, havia a chance dessas duas hegemonias finalmente se encontrarem. Mas, com a conversão do PT a uma versão mitigada do neoliberalismo, isso não ocorreu. A hegemonia intelectual e moral continuava com os subalternos, porém, seus representantes colocavam em prática um programa econômico que aprofundava a exploração e a espoliação dos trabalhadores por meio da financeirização do capital. E isso tudo sob um governo supostamente “dos trabalhadores”. A essa forma esdrúxula de dominação Chico deu o nome de “hegemonia às avessas”.

Se o nome pode ser ambíguo, a ideia era bastante clara. Tratava-se de uma forma de hegemonia burguesa que concedia ao PT o controle do aparelho de Estado e, assim, permitiu ao governo Lula colocar em prática alguns pontos daquele projeto lá dos anos 1980, ou seja, gestados na era das invenções, sem a necessidade de um confronto com as forças capitalistas. Para esse modelo se reproduzir seria necessário assegurar o crescimento econômico e alguma redistribuição de renda em direção à parte de baixo da pirâmide social. E isso era possível por meio de uma integração ainda maior da estrutura social do país à terceira onda da mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro, leia-se, ao super ciclo das *commodities* e ao regime de acumulação financeirizado.

Como sabemos, essa parte da equação lulista era problemática, pois a financeirização tende a erodir no médio prazo as bases econômicas do crescimento sustentado, na medida que privilegia a acumulação dos bancos e dos proprietários de ativos financeiros em detrimento do investimento. Quando o governo de Dilma Rousseff tentou modificar os rumos desse modelo, acabou encontrando muita resistência por parte de uma parcela majoritária dos empresários rentistas, assustados com os efeitos da crise da globalização neoliberal iniciada em 2008.

Se Chico enfatizou a força da hegemonia lulista, em “A política do precariado” eu simplesmente procurei apontar para alguns de seus pontos mais frágeis, em especial, a questão dos limites desse modelo financeirizado de criar bons empregos e absorver as expectativas dos grupos sociais subalternos que eram mais ou menos amparados pelas políticas públicas dos governos petistas, como o crédito consignado e o financiamento para a educação universitária. Para tanto, empreguei a noção de política da produção e o instrumento do estudo de caso ampliado.

Decidi analisar as etnografias do trabalho operário fordista dos anos 1950 até os anos 1980. Ao longo da análise, foi ficando claro aos meus olhos que a “invariância” do poder lulista apoiava-se em sua capacidade de atualizar a relação entre o consentimento “ativo” das lideranças burocráticas – reproduzindo o controle do aparelho (sindicato, Estado, etc.) – e o consentimento “passivo” das classes subalternas – sem projeto hegemônico próprio e que, portanto, assumiam o projeto da burocracia sindical como seu.

Para que a hegemonia lulista pudesse se reproduzir, tanto nos anos 1970 quanto nos 2000, era necessário que a burocracia sindical fosse capaz de negociar certas concessões que alimentassem a percepção das bases sociais de que a capacidade de direção política era assegurada pela burocracia, não pela ditadura ou pelo capital. No entanto, afirmei que esse tipo de hegemonia capaz de concatenar o consentimento ativo e passivo dos trabalhadores apoiava-se sobre bases frágeis, afinal, o regime despótico de expropriação fordista periférico admitia pouca margem de manobra.

Assim como, 25 anos após o início do ciclo grevista que galvanizou o ABCD Paulista e depois o país, o neoliberalismo também não permitiria a Lula eleito presidente um espectro muito amplo de negociações para os subalternos. E quando as concessões não fossem mais possíveis devido a alguma crise econômica ou algo semelhante, essa relação de poder sofreria um desgaste e poderia ser rapidamente desmantelada. Aqui, cabe destacar a importância do despotismo inerente ao regime de acumulação fordista periférico.

Em poucas palavras, as relações sociais *na* produção, isto é, o regime de acumulação fordista periférico, não permitia que as relações sociais *de* produção, ou seja, o modo de regulação do conflito classista, consolidasse um regime hegemônico ao invés de um regime despótico hegemônico. E as transições do fordismo periférico ao pós-fordismo financeirizado que analisei em “A política do precariado” apontavam nesta direção: apesar dos

esforços do PT no poder, o neoliberalismo tenderia a erodir as bases da hegemonia lulista, impedindo a reprodução da combinação entre consentimento passivo e ativo das classes subalternas no país.

Minha pesquisa de campo na indústria paulistana do setor de *call center* apontou nesta direção. Tratava-se do setor que sintetizou as principais tendências percebidas em termos de reconfiguração da classe trabalhadora brasileira nos anos 2000. Com a desindustrialização da economia dos anos 1990, verificamos uma degradação do emprego que podia ser medido pelo nível dos salários praticados no mercado de trabalho como um todo e no setor de *call center* em especial. Enquanto nos anos 1980, os empregos formais pagavam em média entre 3 e 5 salários mínimos, nos anos 2000 eles pagavam até 1,5 salário mínimo.

Na verdade, 94% dos cerca de 20 milhões de empregos produzidos durante os governos petistas pagavam esse valor. Desse total, 12 milhões eram empregos terceirizados. Como o valor do salário mínimo é muito rebaixado no país, verificamos essa “combinação esdrúxula”, para usar uma expressão cara a Chico de Oliveira, com a precarização do trabalho ajudando a impulsionar a formalização do emprego, em especial, no setor de serviços, que passou a absorver uma massa de trabalhadores, sobretudo, mulheres, jovens e negros. No regime produtivo da indústria do *call center* era possível estudar os principais desdobramentos da combinação entre formalização do emprego e precarização do trabalho.

Apoiando-me no método do estudo de caso ampliado, pude perceber as “microfundações” (relações *na* produção) da “macrohegemonia” (relações *de* produção) lulista e o papel desempenhado pelas políticas públicas dos governos do PT, em especial, o PROUNI e o crédito consignado, na reprodução do consentimento passivo das massas no país. Assim, tive a oportunidade de estudar a contradição entre um modo de regulação do conflito trabalhista apoiado na expectativa dos setores mais precarizados em ascender socialmente pela via do trabalho formal e da educação - vias clássicas para avançar rumo à profissionalização e à segurança da classe média - e um regime de acumulação despótico apoiado na espoliação dos direitos trabalhistas via terceirização e deterioração do emprego formal (baixos salários, sindicatos frágeis, altas taxas de rotatividade, etc.).

Em suma, tendo em vista a agenda da “política da produção” e o recurso ao método do estudo de caso ampliado, minha pesquisa de campo na indústria do *call center* na cidade de São Paulo assegurou a chance de analisar as bases movediças daquilo que chamei de “hegemonia precária” dos governos do PT.

De uma certa maneira, ao estudar o crescimento da inquietação das bases sociais do setor que mais sofria com as contradições do lulismo, eu acabei preparando meu projeto seguinte que foca no ciclo de rebeliões em escala internacional, concentrado na primeira metade dos anos 2010 e que, no Brasil, teve as chamadas “Jornadas de junho” de 2013 como ponto culminante.

Trabalho e regimes de mercantilização no Sul Global

O ciclo de protestos contra a globalização neoliberal que se iniciou com a “Primavera Árabe”, sendo logo seguido pelo movimento “Occupy Wall Street”, pela ascensão dos “Indignados” espanhóis e portugueses, pela chamada “Rebelião dos Pobres” na África do Sul, pelo movimento de ocupação do parque Gezi na Turquia, pelos protestos gregos contrários à intervenção da Troika, que ocorreram na praça Sintagma, e pelas “Jornadas de Junho” no Brasil, para ficarmos em alguns exemplos afamados, inaugurou uma nova conjuntura de luta de classes em escala global, estressando o modo de regulação e, finalmente, solapando as bases para a reprodução da hegemonia lulista. Diante das possibilidades abertas pela nova conjuntura, entendi que uma análise da crise da hegemonia lulista no Brasil exigia uma comparação internacional capaz de revelar tanto a particularidade quanto a universalidade do caso brasileiro.

A sugestão de comparar o caso brasileiro ao caso sul-africano foi dada por Chico de Oliveira, que na época estava envolvido com o projeto “hegemonia às avessas” e havia ficado muito impressionado com as similaridades existentes entre a vitória de Mandela, em 1994, e de Lula, oito anos mais tarde. Aliás, a ideia original da hegemonia às avessas Chico teve ao observar o caso sul-africano. Acabei incorporando o caso português à agenda investigativa, pois sentia ser necessária a comparação entre as Jornadas de Junho e os movimentos dos Indignados. Daí surgiu o projeto que redundou no livro “A rebeldia do precariado”, que publiquei em 2017.

Neste trabalho, “ampliei” meu caso da indústria paulistana do *call center*, conectando-o à greve dos teleoperadores terceirizados da linha “Saúde 24”, em Portugal, liderada pela nova associação de trabalhadores “Precários e Inflexíveis”, e à luta contra a terceirização dos carteiros de Johannesburgo, movimento grevista emblemático e vitorioso que soube articular a criação de um novo sindicato à rebelião dos pobres nas comunidades negras sul-africanas. No caso brasileiro, concentrei-me na relação entre as Jornadas

de Junho e o pico do ciclo grevista da primeira metade dos anos 2010, em especial na análise da greve dos garis da cidade do Rio de Janeiro e da formação do “Círculo Laranja” a partir da auto-organização dessa categoria.

O recurso ao método do estudo de caso ampliado implicava a articulação entre as relações sociais *na* produção e as relações sociais *de* produção em cada um desses países, além do desenvolvimento de uma perspectiva desigual e combinada do desenvolvimento desses países a partir do contexto da crise da globalização neoliberal. No livro, recuperei a análise da transição entre processos de democratização liderados por forças populares que desaguarão em variações do modelo neoliberal, ainda que absorvendo parte das demandas dos “de baixo”. Nos três casos, considerei útil explorar a teoria da revolução passiva de Gramsci, como Chico havia sugerido no início do projeto. Ademais, procurei explorar as sugestões de Burawoy a respeito dos limites e dos alcances da etnografia global, testando as possibilidades de construir uma etnografia multicaso da crise da globalização neoliberal. Diga-se que foi Burawoy quem me apresentou à equipe do Sociedade, Trabalho e Política (SWOP), centro de pesquisa ligado à Universidade de Witwatersrand, que me acolheu em minhas missões de pesquisa em Johannesburgo.

Assim como na África do Sul, onde um governo liderado pela principal força democratizante surgida durante um longuíssimo processo de libertação de quase um século, isto é, o Congresso nacional Africano (ANC), passou a implementar um programa econômico neoliberal, menos evidente durante o governo de Mandela, mas, totalmente explícito a partir do governo de Thabo Mbeki, no Brasil, a vitória eleitoral do único partido realmente popular criado pelos trabalhadores na história do país também se transformou em uma vitória da financeirização e da subordinação da estrutura nacional à globalização neoliberal.

Nos dois casos, cabia analisar as razões para tanto, e acabei enfatizando, sobretudo, aquelas relativas ao crescimento do proletariado precarizado e ao enfraquecimento do sindicalismo nesses países, como forma de refletir sobre a relativa facilidade com que as direções partidárias aderiram à ortodoxia neoliberal, mas, igualmente, como maneira de revelar as novas tensões criadas entre os governos e suas bases sociais. Ademais, tanto no caso brasileiro quanto no caso sul-africano, o controle do aparelho de Estado por partidos originalmente representantes dos “de baixo” consolidou algo muito importante para a discussão sobre a revolução passiva, isto é, assegurou o consentimento ativo das direções ao projeto neoliberal.

No caso brasileiro, devido à “financeirização da burocracia sindical”, e no caso sul-africano por meio do programa de criação de uma burguesia negra capaz de dirigir as empresas do país, o chamado de BEE (Empoderamento Econômico Negro). Além disso, a adesão do movimento sindical (a CUT brasileira e o Cosatu sul-africano) ao projeto neoliberal dos respectivos governos também configurava um elemento-chave na interpretação tanto do comportamento do movimento sindical, como, sobretudo, das tensões envolvendo as bases e as direções dos trabalhadores.

No caso sul-africano, analisei além do surgimento de novos movimentos sociais críticos ao governo do ANC, como o Fórum Antiprivatização e o Movimento Sem-Terra, por exemplo, o “Massacre de Marikana”, quando 43 mineiros da empresa Lonmin que estavam em greve foram assassinados por forças policiais a pedido tanto do sindicato dos mineiros, o NUM, quanto do presidente do conselho diretor da empresa, na época, Cyril Ramaphosa, atual presidente do país e maior liderança histórica do próprio NUM.

E comparei estes casos com as greves que ocorreram no Brasil durante os primeiros anos de 2010, em especial, nos canteiros das grandes obras de infraestrutura, como no caso das usinas de Jirau e Belo Monte, por exemplo. Aliás, um ciclo reprimido pela Força Nacional de Segurança Pública acionada pelo governo de Dilma Rousseff. Ambos momentos serviram para mostrar em que medida regimes hegemônicos precários estavam se transformando rapidamente em regimes despóticos hegemônicos conforme a crise da globalização neoliberal envolvia diferentes países e regiões.²

Nesse sentido, é possível dizer que as forças da mercantilização alinharam a história dos três países que estudei no livro. No caso brasileiro, desde os anos 1990, a sociedade foi ficando cada dia mais marcada pela combinação de diferentes modos de mercantilização: o trabalho foi se precarizando, a natureza foi se degradando, e o dinheiro foi se financeirizando. Em todos os casos, deteriorou-se o valor de uso dessas mercadorias chamadas de “fictícias” por Karl Polanyi. Além disso, assim como aconteceu na África do Sul (ANC) e em Portugal (PS), a onda de mercantilização também foi

2. Ao contrário da maior parte dos analistas que identificou na eclosão das Jornadas de Junho o início da guinada à extrema direita do espectro político que supostamente levaria ao *impeachment* de Dilma Rousseff e à eleição de Jair Bolsonaro, indiquei se tratar de um ciclo politicamente plural de protestos, porém, claramente concentrado nas camadas populares da população. Ademais, as Jornadas de Junho ajudaram a impulsionar um aumento histórico no número de greves no país, o que revelava seu alinhamento ao ciclo global de protestos contrários à mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro (Ver Braga, 2017).

pilotada pelo partido que saiu vitorioso da luta contra a ditadura, isto é, o PT. Dispensável dizer que nos três casos, esses partidos defendiam soluções reformistas para os dilemas sociais, mas, acabaram adotando um programa neoliberal que fortaleceu a terceira onda de mercantilização.

De uma maneira semelhante aos demais casos analisados no livro, as tensões que se acumularam ao longo dos anos 2000 explodiram no início dos anos 2010: no caso brasileiro, uma onda grevista inédita na história enfrentou a mercantilização do trabalho, uma onda de protesto dos setores populares urbanos desafiou a mercantilização das terras urbanas, dos transportes, das condições de moradia, etc.; além de manifestar seu descontentamento com o endividamento das famílias trabalhadoras para comprar serviços que deveriam ser gratuitos, como educação e saúde.³

Finalmente, o problema da relação de afinidade eletiva entre o neoliberalismo e o racismo. Tive oportunidade de explorar os problemas levantados pelo conceito de capitalismo racial quando, inspirado em Fanon, analisei a conversão do ANC à agenda neoliberal na África do Sul. Além disso, ao estudar o massacre de Marikana, além da onda de violência xenofóbica que tomou conta de muitas comunidades sul-africanas, em meados dos anos 2010, procurei argumentar numa direção semelhante àquela indicada por Burawoy: assim como o pós-colonialismo zambiano reinventou a barreira de cor, o neoliberalismo sul-africano estava reinventando o *apartheid*, ainda que os governos estivessem nas mãos dos negros.

O caso brasileiro era diferente. O primeiro governo de Dilma Rousseff tentou improvisar um plano de obras públicas e firmar pactos com os empresários no sentido de assegurar investimentos e reproduzir a hegemonia lulista. No entanto, o regime de acumulação no país estava exigindo um ajuste estrutural radicalmente antipopular, a começar por uma mudança drástica do mercado de trabalho rumo à informalização. Essas eram demandas que o governo petista não conseguiria entregar sem alienar totalmente sua base social. Ou seja, sem desmanchar aquela articulação mais ou menos coerente entre o consentimento ativo e o passivo que assegurava a reprodução do modo de regulação lulista.

3. Cada um a seu modo, os três casos analisados apresentam lições sociológicas úteis para o projeto de resgatar aquilo que há de social no socialismo democrático. Por exemplo, não existe uma solução burocrático-sindical para as contradições trazidas pela atual onda de mercantilização. Ou os movimentos sociais se articulam e formam novas coalizões orientadas por uma abordagem em termos de justiça social, ou fenômenos eleitorais como Jair Bolsonaro continuarão a nos atormentar, ameaçando a democracia em diferentes países.

Considerações finais

Como observamos, junho de 2013 assistiu à explosão das tensões desse modo de regulação, na medida em que a maior onda grevista da história recente do país encontrou-se com um ciclo de protestos que varreu as principais cidades brasileiras. Ou seja, as direções dos sindicatos não conseguiam mais controlar suas bases e a revolta daqueles setores que mais cresceram durante os governos do PT, isto é, os jovens trabalhadores negros e mulheres que, submetidos a condições precárias de reprodução nos empregos e nas comunidades, começaram a protestar contra os limites estreitos de um modelo de desenvolvimento apoiado na mercantilização do trabalho, da natureza e do dinheiro.

Na medida que o governo petista não podia mais entregar lucros recordes para bancos e ainda assim investir em políticas públicas redistributivas, ficou cada dia mais claro para as elites neoliberais que o ajuste radical exigido pelas finanças teria que impor uma mudança radical na estrutura da acumulação capitalista no país. De um regime baseado na exploração econômica para um outro regime dominado pela expropriação social. Ou seja, a espoliação das terras indígenas, dos direitos trabalhistas, dos investimentos públicos em educação, saúde, etc. Basicamente foi esse o programa de transição que saiu vitorioso do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e que passou a ser aplicado pelos governos Temer e Bolsonaro. Em outras palavras, um regime neoextrativista com fortes características neocoloniais.

Com isso, gostaria de destacar a atualidade da agenda de pesquisa de Michael Burawoy, desde sua teoria do capitalismo racial, desenvolvida durante a transição pós-colonial em Zâmbia, passando por sua análise dos regimes fabris construída para analisar o fordismo e, posteriormente, o socialismo burocrático, até chegarmos em sua noção da terceira onda de mercantilização, criada a partir de sua reconstrução polanyiana do marxismo e de sua excelência na prática da etnografia global. Meus dois trabalhos mais diretamente envolvidos com esta agenda de pesquisa sugerem modestamente que, à luz do desenvolvimento desigual e combinado dos diferentes modos de mercantilização, alguns de nossos dilemas nacionais podem ganhar cores mais internacionalistas.

Referências

- Almeida, S. (2016). Marxismo e questão racial: apresentação. *Margem Esquerda*, n. 27, 2º semestre.
- Braga, R. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*, São Paulo, Boitempo.
- Burawoy, M. (1976). The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 5, p. 1050-1087.
- _____. (1979). *Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism*. Chicago, University of Chicago Press, p. 215.
- _____. (1981). The capitalist state in South Africa: marxist and sociological perspectives on race and class. In: M. Zeitlin (Org.). *Political Power and Social Theory*, v. 2, p. 279-335.
- _____. (1985). *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Nova Iorque, Verso, 226p.
- _____. (2021). *Public sociology: between utopia and anti-utopia*. Cambridge, Polity Press, 238p.
- Du Bois, W. E. B. (1962). *Black reconstruction in America, 1860-1880*. New York: Harcourt, Brace and Company.
- Harvey, D. (2003). *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona, 311p.
- Wilson, W. J. (1997). *When work disappears: the world of the new urban poor*. Nova Iorque, Vintage Book.